

FIESP acredita na possibilidade de retomada do desenvolvimento

por Antônio Gutierrez
de São Paulo

O acordo provisório entre o governo brasileiro e o Comitê dos bancos credores agradou à maioria dos empresários ligados à Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP). "É um empecilho a menos para o crescimento", resumiu o diretor-adjunto do departamento de Economia da entidade (Decon), Walter Sacca.

Ele enumerou três motivos que fizeram deste acordo "um passo firme e positivo". A substituição da "prime" pela "libor", e o "spread" de 0,815% seriam as principais vantagens ob-

tidas pelo Brasil, na opinião de Sacca. O terceiro ponto é uma consequência imediata da redução do "spread", que fará o País "ganhar" US\$ 400 milhões. Isso considerando que seriam desembolsados, pelo Brasil, US\$ 11 bilhões para a amortização da dívida neste ano, com a redução do "spread" este valor cai para US\$ 10,6 bilhões.

Sacca não vê possibilidade de recessão, caso o Brasil precise aumentar seu superávit comercial para cumprir o acordo externo, através de um desaquecimento do mercado interno. "Se o crescimento do superávit for acompanhado do

crescimento da indústria não há problema, mas, se o crescimento da indústria for zero, estará deslocando a produção do mercado interno", observou.

Para Sacca, este acordo pode estimular o investimento externo, mas não das empresas nacionais. "Os empresários brasileiros estão aguardando os resultados da Constituinte", explicou. Contudo, ele não acha que as decisões trabalhistas devam influir nos investimentos, partindo do princípio de que "quem estabelece o nível de salário é o mercado".

E possível para o Brasil aumentar as exportações

sem um investimento imediato, ressaltou Sacca. A solução estaria no aumento da utilização da capacidade instalada da indústria, hoje em torno de 79%, mas que pode atingir a média histórica de 83%.

O empresário Oded Grajew, diretor-adjunto do Departamento de Expansão Social (DES) da FIESP, entanto, não concorda com Sacca. Para ele, este acordo é recessivo, uma vez que exige a necessidade de obtenção de um saldo comercial de US\$ 11,6 bilhões, fato que pressionará o mercado interno e, consequentemente, os salários e as importações.